

PRC)JETO DE LEI Nº 3.046 DE 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. ANTÔNIO CAMBRAIA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Acrescenta parágrafo ao art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

DESPACHO:
25/05/2000 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.024, DE 1997)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 13/08/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.046, DE 2000
(DO SR. ANTÔNIO CAMBRAIA)



Acrescenta parágrafo ao art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.024, DE 1997)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 42 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

“Art. 42.....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º Reconhecida a existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, não mais será submetido o segurado a exames médico-periciais posteriores e periódicos para fins de verificação de sua incapacidade, ressalvados os casos indicados pela perícia médica inicial, devidamente fundamentados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Art. 70 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

Tem o presente Projeto de Lei, o objetivo de corrigir a situação verificada nas aposentadorias por invalidez, onde verificamos, atualmente, a obrigatoriedade de exames médicos periciais periódicos, nos segurados, não obstante a condição de invalidez permanente não susceptível de reabilitação para a atividade laboral, atestada por junta médica a cargo da Previdência Social.

Procuramos, em última análise, com a apresentação do presente Projeto de Lei, a inversão da situação ora verificada, fazendo valer o Laudo Médico Pericial que atesta invariavelmente a incapacidade permanente, sendo lógico portanto, que, via de regra, esta condição atestada não é susceptível de mudanças.

Tendo em vista a velocidade de evolução verificada na medicina moderna, que poderia, em raros casos, vir a tornar reversível a situação de invalidez, apontamos a alternativa de, mediante controle sobre os dados constantes nos apontamentos dos órgãos da Previdência Social, solicitar a realização de novo exame pericial, sempre que a medicina disponibilizasse novos procedimentos para a recuperação do segurado.

Finalizando, julgamos que o dispositivo ora proposto, acarretará economia operacional e financeira para a Previdência Social, tendo em vista os altos custos gerados pelos exames periódicos efetuados atualmente em todos os segurados aposentados por invalidez.

Sala das Sessões, em / /

Deputado **ANTONIO CAMBRAIA**

17/05/00

Lote: 76 Caixa: 196
PL N° 3046/2000
3

RECEBIDO	
Em	17 de Ago. 2003
Nº	3046
Por	3046



LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE
BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção V Dos Benefícios

Subseção I Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.



Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo.

** Artigo, "caput" com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28 04 1995.*

§ 1º Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida:

** § 1º, "caput" com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28 04 1995.*

a) ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias;

** Alínea "a" com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26 11 1999.*

b) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

** Alínea "b" com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26 11 1999*

.....
.....



LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO 1991

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA
SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUI PLANO
DE CUSTEIO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I DA MODERNIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 70. Os beneficiários da Previdência Social, aposentados por invalidez, ficam obrigados, sob pena de sustação do pagamento do benefício, a submeterem-se a exames médico-periciais, estabelecidos na forma do regulamento, que definirá sua periodicidade e os mecanismos de fiscalização e auditoria.



Câmara dos Deputados

19

REQ 123/2003

Autor: Antonio Cambraia

**Data da
Apresentação:** 18/02/2003

Ementa: Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento das proposições.

**Forma de
Apreciação:**

Despacho: DEFIRO o desarquivamento das seguintes proposições: PLs nºs 338/99, 2.853/00, 3.046/00, 4.227/01, 4.495/01, 4.556/01, 4.715/01, 5.109/01, 5.182/01, 5.475/01, 5.502/01, 6.901/02, PEC nº 418/01 e PDC nº 2.094/02. INDEFIRO quanto aos PLs nºs 2.772/00 e 3.173/00, porquanto as proposições não foram arquivadas. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se."

**Regime de
tramitação:**

Em 25 / 03 / 2003

af os 4024/17


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 123/03
(Do Senhor Deputado Antonio Cambraia)

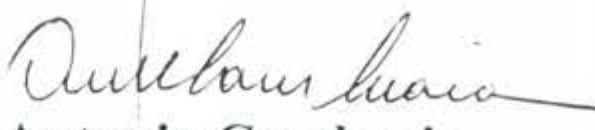
Requer o desarquivamento
de proposições.

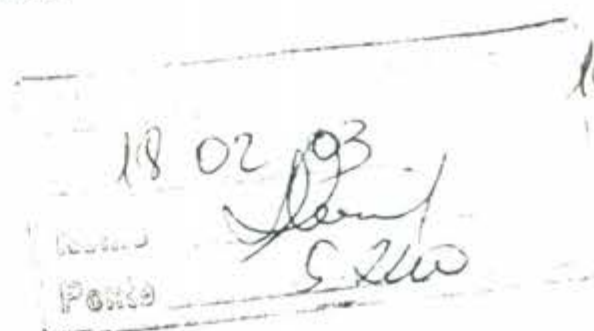
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa. o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, que são de minha autoria:

PL 338/1999
PL 2772/2000
PL 2853/2000
PL 3046/2000
PL 3173/2000
PL 4227/2001
PL 4495/2001
PL 4556/2001
PL 4715/2001
PL 5109/2001
PL 5182/2001
PEC 418/2001
PL 5475/2001
PL 5502/2001
PL 6901/2002
PDC 2094/2002

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2003


Antonio Cambraia
Deputado Federal



16.06.02



F19FCB6B32